

-----ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Ao vigésimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, a primeira reunião da sessão ordinária de Dezembro, da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----II- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Actas das Sessões Ordinárias de 30/06/2006 e 29/09/2006: apreciação e aprovação;-----

-----**Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

-----**Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----III- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art. 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

-----**Ponto dois:** Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2007: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto três:** Empréstimo a longo prazo para financiamento de investimentos, a realizar

em 2007, no montante de 2.236.848€ (dois milhões duzentos e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e oito euros): apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto quatro:** Repavimentação da E.M. 552 entre Viradouro e Portela da Fonte Santa – Reconhecimento de Interesse Público da execução do muro de gabiões ao Km 6,720: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto cinco:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto seis:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Águas Residuais: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto sete:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto oito:** Regulamento do Realojamento na Azenha do Mar: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto nove:** Carta Educativa do Concelho de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e cinco membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Alberto Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, em substituição do senhor António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da respectiva Junta), Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando

Silvestre da Encarnação, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Ivo Romão Loução Martins (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Diogo Castanheira Vilhena, Fernando José Romão da Silva Valério e Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira.-----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de Setembro do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago e Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio a senhora Alexandra Monteiro que depois de saudar os presentes, disse o seguinte: “Sou proprietária de uma propriedade que foi devastada pela intempérie do dia cinco

de Novembro, em Pereiras-Gare.-----

----Eu já falei na reunião ordinária acerca deste problema que nos deparamos neste momento, no que diz respeito ao Decreto-Lei duzentos e trinta e quatro, barra noventa e oito, de vinte e dois de Julho que está relacionado com a limpeza e desobstrução de linhas de água.-----

----A intempérie passou-se já há mais de um mês, as ribeiras e afluentes continuam num estado deplorável e a minha pergunta agora é: se o Decreto-Lei existe, deve ser tomado em consideração, porque na quarta alínea do artigo fala que as entidades com jurisdição sobre esta matéria é que têm por responsabilidade limpar as ribeiras. Ou seja, não é a Câmara, não é o particular agora que tem que limpar as ribeiras, agora quem está à frente desta situação é o INAG. Pergunto eu, quando é que o INAG vai tomar mãos, vai tomar o procedimento para fazer a limpeza daquilo que agora lhes compete a eles. Porque esta lei não está favorecida em relação aos proprietários.-----

----Isto já foi tudo dito e eu estou-me a repetir, mas para todos aqueles que não estiveram presentes na reunião ordinária. Eu já me fiz debater sobre esta questão de que o Decreto-Lei não está a funcionar na prática. Ele na teoria é muito bonito! Apenas quero que me expliquem os senhores do INAG e da CCDR que são as entidades competentes sobre esta situação, qual é o operador de máquina que tem formação específica na área ambiental? Quais é que são as máquinas? Eu que saiba no nosso país não existem máquinas especializadas para fazer limpeza de ribeiras. O comprimento dos braços das máquinas também têm de ter um dimensionamento específico para poderem chegar sem danificar ambientalmente as ribeiras.-----

----É assim, na teoria é muito bonito, na prática não está a funcionar e eu como cidadã comum, estou a batalhar para que este Decreto-Lei seja rectificado, já lancei vários abaixo-assinados que estão a circular por várias freguesias e por grande parte do nosso país e eu espero que consigamos que a Administração Central, tome isto em consideração, porque nós que vivemos os problemas devemos alertar aqueles que estão à frente do pelouro dos direitos e das leis.-----

-----Os senhores ainda não compreenderam que a lei não está a funcionar, por isso eu acho que está na altura de nós nos fazermos ouvir. Eu sei que é uma batalha muito longa e como o Presidente do INAG me disse que eu estaria a travar uma batalha contra um moinho de vento. Eu respondi-lhe, é um moinho de vento, sim senhor, mas este é real. Eu não sou Dom Quixote para estar a lutar contra moinhos de vento imaginários.-----

-----Penso que esta é uma batalha plausível que tem capacidade para andar para a frente, para ser rectificado. Já me disseram que há um Projecto de Lei que foi apresentado em dois mil e um. Projectos de Lei não servem de nada! O que interessa é o Decreto-Lei que acaba por remeter, acaba por explicitar directamente o que é que se passa e portanto eu espero que esta Assembleia Municipal também me ajude neste percurso de forma a que este Decreto-Lei seja, de facto, rectificado. Não estou a pedir para rectificarem todo, porque também sou conhecedora de alguns pontos ambientais e embora a minha formação não seja ambientalista, mas percebo que os proprietários, neste momento, não têm poder para efectuar uma limpeza.-----

-----Os senhores dos respectivos pelouros têm que me explicar, o que é um domínio público. É outra coisa que ninguém me sabe explicar. É muito bonito falar em domínio público. A partir do momento que a ribeira passa no meu terreno, eu considero-me proprietário da ribeira, mas não é assim! Agora expliquem-me o que é um domínio público.-----

-----Pronto e com isto espero que a Assembleia Municipal se sensibilize para com esta acção e que de facto todos juntos, nos juntemos e que criemos mais peso e mais voz. Obrigado!”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a intervenção da senhora Alexandra Monteiro e informou que se tinha congratulado por tê-la visto na televisão, na altura da intempérie, a expor um problema que já existia, mas que ninguém se lembrava dele.-----

-----Disse ainda: “Quero-lhe agradecer o seu interesse por vir à Assembleia colocar esta questão. Independentemente do que os outros membros da Assembleia entendam sobre isto, eu

acho que o facto de ter feito esta intervenção pelo menos e como vai constar da acta sumariamente (...) eu entendo (...) fazer um ofício para estas duas entidades a mandar-lhe cópia daquilo que constar da acta a esse respeito.”-----

-----Interveio o senhor Gabriel Dias que relativamente ao concelho de Odemira questionou: “Para quando vamos ter uma rede viária que nos ligue condignamente às outras redes que terminam em Sines ou (...) à auto-estrada a passar por Ourique(...)-----

-----O Decreto-Lei que foi alterado e que regulamenta agora a actividade piscatória ao nível lúdico e inclusive profissional, o que é que a Câmara Municipal de Odemira fez, dado a extensão de oceano que nós temos? O que foi realmente feito para alterar, visto que a Lei é um bocado problemática”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que tinha conhecimento dos esforços desenvolvidos por parte do Município de Odemira quantos às questões relacionadas com a rede viária, nomeadamente ao IC4.-----

-----Quanto à pesca lúdica, informou que no ponto três do Período Antes da Ordem do Dia, estava agendada, para apreciação, uma Moção enviada pela Assembleia Municipal de Aljezur, sobre essa matéria.-----

-----Interveio o senhor Raul de Almeida que disse o seguinte: “Estamos todos interessados em saber o resultado da reunião que teve com a Secretária de Estado dos Transportes e Comunicações...que ia ter, suponho eu...nos finais de Novembro, princípio de Dezembro. E se nessa reunião foi abordada esta questão do IC4.-----

-----Queria ainda recordar-lhe que me falou, em tempos, no prolongamento do IP2 até Odemira. Se essa questão foi também levantada e qual a resposta que obteve.-----

-----Em relação ainda à questão da rede viária, gostava de lhe colocar uma questão que me está a preocupar muito, que é o estado da estrada da Boavista para Sabóia, sobretudo a última parte, os últimos oito quilómetros, que se estão a degradar muito rapidamente e que os remendos que

têm sido feitos apenas abrem mais buracos à frente ou atrás deles. Gostava de saber em que ponto é que estava. Se já foi accionada a garantia bancária, se já foi lançado o concurso. Gostava que me fizessem o ponto da situação em relação a essa estrada.-----

-----(...) Todos assistimos várias vezes durante o ano, sobretudo no Inverno, a vários cortes, sempre que há um bocadinho de vento e de chuva, de frio ou calor, a rede cai, ficamos sem electricidade. Se é mau para os domésticos, para os comerciantes e para os que têm indústrias, ainda é pior. Gostava de saber e sugerir à Assembleia que interrogasse directamente a EDP, o que é que faz com quatro mil milhões de euros que teve de lucros nos últimos quatro anos? (...) Porque é que continuamos a ouvir os funcionários da EDP e os técnicos, a dizer que a rede está mais do que ultrapassada, é antiga, não se renova e continuamos a ler estes escandalosos lucros que a EDP tem e que não os aplica ou pelo menos não os aplica aqui (...).-----

----Sugestão que queria fazer à Assembleia Municipal ou à Comissão de Toponímia, visto que me parecia de justiça que um grupo que elevou o nome de Odemira tão longe como o Trio Odemira, pudesse ter uma rua com o seu nome”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu à senhora Alexandra Monteiro não apenas pelo seu empenho na questão da limpeza das ribeiras, surgida com as últimas intempéries, mas também pelo facto de anteriormente, quando era jornalista de um dos canais da televisão, muitas vezes tinha vindo defender as causas da população de Odemira, acabando por ser uma embaixatriz de Odemira.-----

----Relativamente à legislação da limpeza de linhas de água referiu que concordava que as coisas tivessem de mudar, porque na prática a legislação não estava a ser aplicada.-----

----Disse ainda que os senhores Engenheiros do INAG tinham efectuado um relatório preliminar que poderia ser consultado na Câmara Municipal de Odemira. Revelou ainda que a matéria tinha sido abordada nas reuniões da Câmara Municipal e apesar da lei atribuir uma determinada responsabilidade aos confinantes, no que respeita à ribeira em causa não poderia

ser aplicada tal como estava, pois considerava que o assunto deveria ser classificado como “problema ambiental”. Questionou ainda como iriam exigir a um proprietário confinante que tomasse a seu cargo uma obra numa ribeira que estava com trinta anos de cheias, onde nada daquilo estava no sítio e até as casas que antes se situavam longe da ribeira, com a subida da cota do fundo (praticamente não tinha leito), quando a água subia dois ou três metros, originava aquilo que se tinha visto, com graves prejuízos na vida das pessoas.-----

----Quanto à questão da rede viária, informou que não tinha havido grandes avanços na reunião. Informou que tinha sido adjudicado o estudo de viabilidade do corredor do IC4, que estaria concluído dentro de oito meses. Considerou que relativamente à questão original do IC4, tinham recuado, porque anteriormente o que tinha sido chumbado por questões ambientais, tinha sido um estudo preliminar que se tratava de uma fase mais avançada ao estudo de viabilidade.-----

----Disse ainda que tinha formalizado por escrito junto da Tutela, a questão do prolongamento do IP2. Referiu ainda que apesar do “Plano Nacional Rodoviário dois mil” ter pontos extremos nas estradas, foi sugerido que se não fosse possível o prolongamento em causa, procedessem à execução de uma via equivalente com esse tipo de perfil.-----

----Ainda relativamente às questões da rede viária, disse que a informação que tinha era de que as estradas nacionais números cento e vinte (limite do concelho de Odemira a norte em S. Luís) e trezentos e oitenta e nove (Cercal-Colos-Ourique), iriam ser alvo de grandes reparações.-----

----Quanto ao caminho municipal mil duzentos e vinte e nove, informou que a Câmara Municipal já tinha deliberado no sentido de accionarem as garantias bancárias, iriam tomar posse administrativa da obra e tentar lançar o procedimento de uma forma urgente.-----

----Por último, disse que a questão dos cortes de energia tinha sido, por várias vezes, abordada nas reuniões havidas com a EDP, onde tinha sido informado que estavam dependentes da conclusão da linha de Morgavel para Odemira e da entrada em pleno funcionamento da Sub-



Estação de S. Teotónio.-----

----Disse ainda que a sugestão de uma rua com o nome do Trio Odemira iria ser encaminhada para os respectivos Serviços de Toponímia.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este período da Ordem de Trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS E DE VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetidas à apreciação.-----

-----A) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à décima segunda página, na décima quarta linha, disse que onde se lia: “...e pela Comissão de Freguesias”, devia-se ler: “...e pela Associação de Freguesias.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que propôs que fossem efectuadas as seguintes correcções: na terceira página, na décima primeira linha, onde se lia: “...não haviam faltas justificadas”, devia-se ler: “...não haviam faltas injustificadas”; na nona página, na oitava linha, onde se lia: “...Pedro Raul Duarte”, devia-se ler: “...Pedro Rolo Duarte”; na décima quarta página, na sétima linha, onde se lia: “...da senhora Maria Piedade”, devia-se ler: “...da senhora Maria da Piedade”; na vigésima página, na sexta linha, vinha referido que o documento era transcrito, mas não constava a transcrição.-----

-----Estas proposta de alteração ao texto da acta, foram devidamente aprovadas por

consenso.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do texto definitivo daquela acta, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

-----A) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que propôs que fossem efectuadas as seguintes correcções: na vigésima primeira página, na décima sétima linha, onde se lia: “...Maria Piedade (...) tinha sido provada...”, devia-se ler: “...Maria da Piedade (...) tinha sido aprovada...”; na trigésima terceira página, na oitava linha, onde se lia: “...fuga para os concelho...”, devia-se ler: “fuga para os concelhos”; na quadragésima página, na décima linha, onde se lia: “...para reposição em aterro”, devia-se ler: “...para deposição em aterro”.-----

-----Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que solicitou que a partir daquela data, não viesse mencionado o seu nome como António Silva, mas como António Eduardo da Silva.-----

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás, que referindo-se à trigésima quarta página, na décima oitava linha, disse que onde se lia: “...as normas contabilísticas”, devia-se ler: “...as normas urbanísticas”.-----

-----Referindo-se à vigésima sétima página, na oitava linha, disse que a resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal àquela questão não estava devidamente transcrita, na vigésima oitava página, na segunda linha.-----

-----Disse ainda: “O que me foi dito foi para eu pôr o meu nome na lista do Aprovisionamento, para me candidatar às adjudicações directas. E isso é que não está aqui transcrito na acta e depois não estando isso escrito, fica completamente fora de contexto, na página vinte e oito a transcrição do meu comentário, a meio da página (...). Propunha à Assembleia que rectificasse este texto, não é? E que escrevesse aquilo que acabei de dizer, que são só três assuntos: primeiro, que não se tinha a certeza se era permitido ou não legalmente fazer esses ajustes, a membros da Assembleia; segundo, que foi dito que eu devia por o meu nome na lista do Aprovisionamento e terceiro, que eu me recusei a fazê-lo.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que não tinha dito para o senhor Raul de Albuquerque Tomás inscrever o seu nome nas listas da Secção de Aprovisionamento. Referiu ainda que tinha dito na altura sobre o assunto, que haviam pessoas que consideravam que havia impedimento e haviam pessoas que não consideravam esse impedimento e que a adjudicação era feita mediante uma lista de projectistas que existia na Secção de Aprovisionamento.-----

-----Ainda em relação a esse assunto, informou que o resultado da consulta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, referia que os membros do Órgão Executivo estavam impedidos de votar e participar em deliberações em que tomassem parte, até ao segundo grau da família. Referiu ainda que continuava com dúvidas porque não era mencionado nada relativamente aos membros do Órgão Deliberativo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que propôs, tendo em conta as divergências existentes, que fosse verificada a gravação, em tempo oportuno, ficando a acta em causa por aprovar.-----

-----Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse: “Aproveito para informar a Mesa ou a Assembleia e a Mesa, e os presentes, os munícipes presentes, que me desloquei aos serviços do Municipio do Aprovisionamento, que fui muito bem tratado, que me

mostraram o processo de consulta e que eu cheguei à conclusão de que tinha havido uma adjudicação com base na tabela de honorários do Ministério das Obras Publicas, sem parecer técnico e que a estimativa de custo para fazer uma escola era de cerca de duzentos e sessenta contos o metro quadrado. (...) Quando o valor da estimativa de custos sobre o qual incidem os honorários é o dobro do que é normal, eu entendo que estamos numa situação de crise, porque temos pouco dinheiro, os munícipes pagam muitos impostos e nós temos que aligeirar o custo.”-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu: “As pessoas que estão naquele Aprovisionamento que o trataram tão bem, são pessoas com prática deste tipo de concursos, com independência e imparcialidade suficiente para isso e em regra, (e eu irei naturalmente dado esta sua revelação, pedir o processo para vê-lo), em regra é nomeado um júri com um estatuto, três ou quatro pessoas, entre as quais um jurista, um técnico, e naturalmente um economista ou equiparado disso, que naturalmente dentro do programa de concurso e dentro dos critérios estabelecidos à partida, analisam em igualdade de circunstâncias para toda a gente”. -----

-----Disse ainda que a aplicação dos honorários era de forma diversa e dependia do que estivesse no programa do concurso, considerando que o mais importante seria a garantia da imparcialidade.-----

-----Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que frisou que não tinha posto em causa o rigor jurídico da organização do concurso, mas apenas o facto de não estar em ordem o parecer técnico que se limitava a calcular os parâmetros de adjudicação, não indo à raiz do problema.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi deliberado por consenso, adiar a votação daquela acta, aguardando a audição conjunta da gravação da sessão em causa.-----

-----**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora

todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à correspondência trocada com a senhora Vírginia Alberto, questionou em que ponto da situação se encontrava o processo em causa. Disse ainda: “Na altura, falou-se e eu pensava que era um assunto pacífico e afinal de contas parece que não é isso”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o assunto estava agendando para apreciação no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. Relembrou ainda que aquela questão já tinha sido apreciada anteriormente, tendo os senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras prestado os devidos esclarecimentos que foram transmitidos à requerente. Posteriormente, a senhora enviou nova exposição que constava da documentação distribuída para a presente sessão e sobre a qual ele entendeu que poderia existir alguma ofensa a pessoa colectiva, uma vez que os termos usados colocavam em causa a actuação da própria Assembleia Municipal.-----

-----Em face do exposto, informou que tinha redigido o ofício que também constava da correspondência distribuída, onde apelava à requerente para reapreciar a sua forma de se referir à Assembleia Municipal, e bem assim tinha remetido fotocópia da documentação para os senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras que eram as entidades visadas no processo.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto foram apreciados os seguintes documentos:-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que fez uma chamada de atenção para os seguintes temas:-----

-----a) Informou que a Comissão Eventual para análise da “Utilização abusiva de uma viatura e de imagens internas da C.M.O., durante a campanha para eleição de Órgãos Locais”, tem reunido, tendo ele ficado de elaborar um relatório final;-----

-----b) Informou que o Grupo de Trabalho para “Elaboração da Folha da Assembleia”, tem reunido, tendo sido distribuída, pelos membros da Assembleia Municipal, uma proposta para apreciação;-----

-----c) Informou que tinha reunido com a Direcção da Associação Vida Por Vida, Pró – Bombeiros em Vila Nova de Milfontes, a pedido da própria associação;-----

-----d) Relembrou os presentes para enviarem os ofícios sobre o funcionamento dos serviços dos CTT em Odemira, para posteriormente serem remetidos à ANACOM;-----

-----e) Informou que tinha estado presente numa reunião havida na Câmara Municipal de Odemira, com o Instituto de Reinserção Social, tendo entre outros assuntos, sido abordado o tema “Trabalho a Favor da Comunidade”, cuja documentação tinha sido distribuída pelos membros da Assembleia Municipal. Ainda sobre este assunto, informou que havia a possibilidade das pessoas cumprirem as sanções que o Tribunal lhes aplicava, fosse pena de prisão ou multa, através de trabalho gratuito a favor da comunidade. Disse também que se tratava de um assunto que importava mais aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, e bem assim que ele tinha assumido o compromisso de divulgar junto da Assembleia Municipal essa iniciativa que considerava de bastante interesse.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que tinha uma pessoa naquelas condições a trabalhar para a sua Junta de Freguesia. Disse ainda que: “As pessoas são obrigadas a cumprir as directrizes que são emitidas e não há qualquer problema, porque entra-se logo em contacto com a Dr.<sup>a</sup> Zélia Ceia que

coordena todo o processo.”-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a todas as Juntas de Freguesia pelos convites para os almoços e jantares de Natal e lamentou não poder estar presente em todos.-----

-----Por último, informou que tinha dado entrada no passado dia treze de Dezembro, um ofício enviado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, o qual anexava o “Relatório Base relativo às Intempéries de dois mil e seis”, que tinha sido enviado a todos os representantes dos Grupo Partidários presentes na Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente passou a palavra aos membros presentes para as intervenções referentes a assuntos de interesse para o concelho:-----

-----Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que falou sobre um grupo de Jovens Investigadores de Odemira, do qual faz parte o seu filho, que arrecadaram o primeiro lugar no encontro que teve lugar no Barreiro e que lhes deu acesso a poderem participar, com a escola de Arouca, em representação de Portugal, no Encontro Mundial que decorreu na Suécia. Disse ainda que Odemira tinha jovens com potencial que muitas vezes não tinham a ajuda necessária.-----

-----Fez também um agradecimento publico à Professora Paula Canha pela dedicação demonstrada e pela convicção em fazer aqueles jovens acreditarem que podem ir mais além, sendo já o segundo ou terceiro grupo com esse feito.-----

-----Revelou ainda que tinha sido aprovado, sob proposta do seu filho, no Porto, que o próximo Encontro de Jovens Investigadores, decorresse em Odemira durante o mês de Abril de dois mil e sete. Informou ainda que existiam apenas em Portugal, os Núcleos de Jovens Investigadores no Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Covilhã, Faro e Odemira, considerando que seria um motivo de orgulho, pelo que solicitou que houvesse um merecido apoio ao Núcleo de Odemira, nomeadamente na criação de um espaço para a sua sede.-----

-----Por último, sobre este assunto, agradeceu também publicamente, à Professora Maria da Piedade Barradas, pelo empenho, segurança e paciência que tem tido com os jovens do grupo.--

-----Seguidamente, falou sobre a extinção de freguesias. Disse que fazia parte do Conselho Geral da ANAFRE, e que o assunto tem vindo a ser abordado, sendo aquela Associação contra a extinção de qualquer freguesia, mesmo localizada dentro das grandes cidades.-----

-----Revelou que tinha lido na imprensa que as freguesias situadas nos aglomerados rurais, com menos de trezentos e cinquenta eleitores, iriam acabar, e bem assim informou que, entre outras, vinha mencionado o nome de Pereiras-Gare. Disse também que as próximas a serem extintas, seriam aquelas com menos de quinhentos eleitores.-----

-----Por último, informou que legalmente já era possível a associação de freguesias e considerou que essa poderia ser “a tábua de salvamento” para algumas freguesias mais pequenas.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que desejou as Boas Festas a todos os presentes. Referindo-se ao convite individual a cada membro da Assembleia Municipal, para visitar o quartel dos bombeiros da Associação Vida Por Vida, em Vila Nova de Milfontes, sugeriu que aos grupos partidários que fossem todos juntos.-----

-----Seguidamente, apresentou a Moção que se transcreve na íntegra:-----

-----“**MOÇÃO**-----

-----**Quadro Legal da Pesca e Apanha com Fins Lúdicos**-----

-----Com a publicação e conseqüente entrada em vigor da portaria n.º 868/2006 de 29 de Agosto, uma parte muito significativa da população do nosso concelho viu-se privada de mais uma das suas tradições.-----

-----De facto a Assembleia Municipal de Odemira entende como necessária a publicação da referida legislação e defende as suas géneses, nomeadamente assegurar a sustentabilidade das actividades de pesca, a conservação dos recursos e a manutenção do património biológico



marinho. Assim, torna-se lógico e necessário implementar medidas que garantam a exploração racional dos recursos e previnam a sobreexploração dos mesmos.-----

-----No entanto, também têm de ser garantidos factores de ordem social das populações, e se no caso da actividade de pesca lúdica todo o país é desde logo afectado, com a consequente criação e mobilização de vários movimentos para combater alguns equívocos da referida lei, já no caso específico da apanha lúdica devido à sua menor prática e especificidade local das diversas actividades e espécies, estamos em crer que as implicações desta portaria não serão tão postas em causa.-----

-----Desde logo é mau presságio a actividade de apanha lúdica, andar a reboque da pesca quando na verdade deveria ter um regime específico. O reflexo disso é que depois «a bota não bate com a perdigota».-----

-----Existe o caso específico da apanha do percebe, uma prática profundamente enraizada na comunidade local e com grande importância cultural e social, em que se mistura tudo. Então como é possível que por exemplo: a apanha lúdica só possa ser exercida manualmente (n.º 2 do art. 3.º da Portaria n.º 868/2006), o peso máximo de capturas diárias dos percebes ser de 0,5 kg (n.º 2 do art. 11.º da Portaria n.º 868/2006) e o tamanho mínimo ser de 20 mm em 75% da apanha deste marisco (n.º 2 da Portaria n.º 385/2006)? A soma destas três imposições é igual a zero!-----

-----Posto isto a Assembleia Municipal de Odemira considera que a referida portaria devia ser alvo de uma reformulação que a adequasse à realidade do nosso território, nomeadamente:--

-----a) A anulação do n.º 2 do art. 3.º da Portaria n.º 868/2006, ou seja, que seja autorizada a utilização de instrumentos tradicionais na apanha lúdica do percebe – o que vai de encontro à legislação sobre a mesma matéria para a apanha comercial do percebe, nomeadamente a alínea a) do n.º 1 da Portaria n.º 385/2006;-----

-----b) A anulação de parte do n.º 2 do art. 11.º da Portaria n.º 868/2006 na parte em que

cria uma excepção ao limite máximo de apanha para o percebe, ou seja, permitir a apanha diária de 2 kg;-----

-----c) Rever o n.º 2 da Portaria n.º 385/2006, pois só quem desconhece por completo a realidade do habitat do percebe pode considerar possível o tamanho mínimo do percebe e a respectiva percentagem de excepção referida.-----

-----Odemira, 20 de Dezembro de 2006-----

-----Enviar a:-----

----- - Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;-----

----- - Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;-----

----- - Sr. Secretário de Estado do Ambiente;-----

----- - Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades;-----

----- - Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional;-----

----- - Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas;-----

----- - Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas;-----

----- - Sr. Governador Civil do Distrito de Beja;-----

----- - Instituto da Conservação da Natureza;-----

----- - PNSACV;-----

----- - Diversos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

----- - Câmara Municipal de Aljezur;-----

----- - Câmara Municipal de Vila do Bispo;-----

----- - Assembleia Municipal de Aljezur;-----

----- - Assembleia Municipal de Vila do Bispo.”-----

-----Intervio a senhora Maria Luísa Palma que informou que a população das Brunheiras e Alagoachos, estava a ter obstáculos na limpeza das respectivas fossas.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que agradeceu as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colos. Em aditamento ao que já tinha sido dito, prestou também a sua homenagem aos jovens investigadores e à professora Paula Canha, por tudo o que tinham feito pelo bom nome do concelho de Odemira e em prol da investigação e da cultura científica. Informou ainda que os Jovens Investigadores de Odemira já tinham ganho três vezes a nível nacional e duas vezes a nível internacional. Por último, lançou um apelo aos Presidentes das Juntas de Freguesia para que, apesar das dificuldades financeiras que enfrentavam, pudessem colaborar com a organização do encontro.-----

----Seguidamente, questionou sobre o ponto da situação dos seguintes assuntos: Piscinas Municipais; nova escola de Vila Nova de Milfontes/ Alagoachos; a rega e re jardinamento do Bairro Onze de Março, em Odemira; marcação do estacionamento na Escola Secundária de Odemira e construção de um abrigo para os passageiros junto à escola; se existia alguma novidade no Orçamento de Estado para o próximo ano, relativamente ao IC4, à nova ponte sobre o rio Mira, em Odemira ou outro equipamento que viesse beneficiar directa ou indirectamente o Município de Odemira.-----

----Falou ainda sobre as novas regras do INEM e do acesso às ambulâncias para transportar doentes ou pessoas em risco ao SAP de Odemira. Revelou que na Escola Secundária, uma aluna tinha sofrido um acidente na aula de Educação Física, tendo a ambulância demorado cerca de trinta minutos, quando o quartel dos bombeiros ficava a menos de cinco minutos de distância. Em face do exposto, considerou que se tratava de uma situação muito constrangedora e que punha em risco a saúde e a vida das pessoas.-----

----Por último, informou que na Escola Secundária de Odemira, um grupo de alunos tinha organizado um concerto de solidariedade para com as vítimas das cheias de Novembro, conseguindo angariar cerca de trezentos euros que, embora fosse uma pequena quantia, demonstrava a boa vontade das pessoas em colaborarem.-----

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro que, referindo-se às actividades de enriquecimento curricular, lamentou que os professores das respectivas escolas, não tivessem sido “vistos nem achados”, na elaboração dos horários. Lamentou ainda que fossem as crianças as prejudicadas nesse processo.-----

----Referiu também que não era contra a realização dessas actividades, considerando que eram importantes para as crianças, principalmente daquelas que residiam nas freguesias do interior do concelho que não tinham actividades ou ocupação dos tempos livres. Considerou que as actividades de enriquecimento curricular deveriam ser após a componente lectiva, para não quebrar rotinas, horários e o rendimento das crianças, apesar de compreender que a deslocação dos professores contratados se tornava mais difícil devido à extensão do concelho. Por último, questionou sobre os critérios aplicados na elaboração dos horários.-----

----Questionou também sobre o que estava previsto para Pereiras-Gare, a nível de parque infantil ou campo de jogos.-----

-----Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que perguntou se os arruamentos de Pereiras-Gare e o Caminho Municipal número mil cento e noventa seriam executados no próximo ano.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Parreira que referiu que as obras de melhoramento previstas na Estrada Nacional número cento e vinte, não deveriam passar apenas pelo pavimento, mas também pelas árvores que existiam à beira da mesma, que considerava também muito perigosas.-----

----Referiu ainda que o estacionamento provisório existente atrás do edifício da rodoviária, em Odemira, não tinha condições devido às chuvas e ao depósito de lixo. Em face do exposto, sugeriu que equacionassem outro local com melhores condições.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que estava solidário com as pessoas que tinham sido atingidas pela intempérie de

Novembro e informou que não constava no relatório, o facto de a nascente de São Teotónio, nomeadamente na zona da serra onde residiam algumas famílias, existirem cerca de dezasseis quilómetros de caminhos intransitáveis, impossibilitando a deslocação de qualquer transporte escolar ou de idosos.-----

-----Interveio o senhor João dos Reis, que apresentou a Moção que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

-----“**MOÇÃO**-----

-----**Novo Quadro das Regiões de Turismo em Portugal**-----

-----Foi apresentado um projecto de decreto-lei do Governo para alterar o actual quadro das Regiões de Turismo em Portugal.-----

-----Face à necessidade de dar maior coerência e racionalidade territoriais às entidades públicas de turismo, consideramos positiva a junção do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral numa única região de turismo, pelo que isso representa em termos de aumento de meios de financiamento e de complementaridade da oferta turística do território.-----

-----Esta solução vai, aliás, de encontro à opção tomada recentemente com a aderência do nosso município à Região de Turismo Planície Dourada e é coerente com o quadro associativo em que o nosso município já está integrado, justamente a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL).-----

-----O Turismo apresenta-se para a nossa região e para o nosso Concelho de Odemira, em particular, como um importante factor de desenvolvimento para o futuro. Assim, consideramos que, neste pressuposto, a nova legislação apresenta as melhores condições para mobilizar sinergias e vontades de todos os sectores da sociedade do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.----

-----A Assembleia Municipal de Odemira manifesta-se favorável ao quadro territorial apresentado, sem prejuízo de eventuais ajustes ou especificações em outros aspectos do projecto de decreto-lei.-----

-----Odemira, 20 de Dezembro de 2006-----

-----Enviar a:-----

----- - Região de Turismo Planície Dourada-----

----- - Instituto do Turismo de Portugal-----

----- - Secretaria de Estado do Turismo”-----

-----Interveio a senhora Telma Guerreiro que referindo-se à documentação distribuída relativamente à “Folha da Assembleia”, informou que a mesma destinava-se ao conhecimento do que o Grupo Trabalho tinha vindo a desenvolver e, bem assim para “pô-los a pensar um bocadinho sobre essas questões que levantamos, sobre os nossos intuits”, para numa próxima sessão ser efectuada uma apresentação de um exemplar da folha, para aprovação.-----

-----Ainda sobre o assunto, lembrou o nome das pessoas que integravam o Grupo de Trabalho, para que fizessem chegar eventuais contributos.-----

-----Por último, informou que tinha sido aprovada uma candidatura efectuada pela Sociedade Recreativa de São Teotónio, para a construção de uma creche em S. Teotónio. Considerou ainda que se tratava de uma obra com alguma relevância, pelo que apelou à boa vontade de todos para apoiarem esse projecto. Revelou que iria ser criado um movimento para conseguirem angariar fundos, para fazer face à construção que não era paga na totalidade por aquele financiamento.-----

-----Interveio o senhor Fernando Encarnação que referiu que as principais ruas de Odemira deveriam ser repavimentadas.-----

-----Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que concordou com a anterior intervenção. Referiu que a ETAR da Bemposta e o saneamento básico das Barreiras Vermelhas, em Odemira, continuavam adiados. Perguntou para quando estavam previstas as obras de construção do muro de suporte da Rua das Cadeias e a escada de acesso ao bairro novo da Corredoura, pelo Mercado Municipal.-----

-----Questionou também, para quando estava prevista a distribuição das verbas referentes ao Projecto de Prevenção de Fogos.-----

-----Por último, referiu que o relógio da torre do edifício da Câmara Municipal de Odemira continuava avariado e referiu que no jardim Sousa Prado, em Odemira, existia uma escultura com ferros soltos que se traduzia num perigo para quem por lá passasse.-----

-----Interveio o senhor Valdemar Silvestre que relembrou a sugestão de um elemento do público, para atribuição do nome do Trio Odemira a uma rua, lembrou que desde há muitos anos que existem imensas propostas de nomes que tinham sido aprovadas e que não tinham sido aplicadas. Referiu que continuavam a existir muitas ruas sem nome, causando algum transtorno, nomeadamente na distribuição do correio.-----

-----Por último, sugeriu que quando a Câmara Municipal fizesse referência num qualquer documento, a um caminho ou estrada, não colocassem apenas o número mas também o nome da mesma, para uma melhor percepção por parte dos leitores.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que informou que apesar da sua freguesia não ter sido muito assolada pela intempérie, os caminhos estavam de tal ordem estragados que se tornava difícil fazer os transportes escolares. Ainda sobre este assunto, informou que iria entregar um relatório pormenorizado sobre o estado dos caminhos na sua freguesia.-----

-----Relembrou também que, em tempos, o Executivo da Câmara Municipal tinha reuniões periódicas com as Juntas de Freguesia, chamadas “Reuniões Inter-Juntas”, que tinham interesse e onde poderiam apresentar as questões relacionadas com as respectivas freguesias, o que evitava que estivessem a ocupar tanto tempo nas reuniões da Assembleia Municipal.-----

-----Por último, disse que tinha enviado uma carta para a Câmara Municipal a solicitar esclarecimentos sobre a Passagem Inferior de Luzianes-Gare e ainda não tinha obtido qualquer resposta.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que lembrando as reuniões inter-juntas, disse que era importante reunirem periodicamente com o Executivo Municipal, nomeadamente com o Vereador José Alberto Guerreiro. Revelou que tinha conseguido ter uma reunião onde tinha apresentado algumas situações que ainda não se tinham traduzido em resultados práticos, nomeadamente a questão do largo e da porta do Centro de Dia.-----

----Por último, perguntou se já estava prevista alguma data para o início das obras de reparação da estrada de Vila Nova de Milfontes para São Luís.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que seria muito difícil responder a todas as questões que eram colocadas neste ponto da Ordem de Trabalhos. Mais uma vez solicitou aos membros da Assembleia Municipal que apresentassem as questões atempadamente, por escrito, de modo a que se pudesse documentar e responder devidamente. Quanto às reuniões inter-juntas, informou que poderiam equacionar novamente a realização das mesmas, mas com outros moldes.-----

----Congratulou-se com o sucesso do Grupo de Jovens Investigadores do Concelho de Odemira, e bem assim informou que da parte da Câmara Municipal teriam o apoio que fosse possível.-----

----Relativamente à limpeza das fossas nas Brunheiras e Galeado, informou que iria falar com o Vereador José Alberto Guerreiro, sobre o assunto. Disse ainda que tinham finalmente colocado o Posto de Transformação na zona das Piscinas Municipais, pelo que iriam proceder aos ensaios, prevendo-se a sua inauguração no final do primeiro trimestre do próximo ano.-----

----Revelou ainda que os abrigos de passageiros costumavam ser colocados pelos serviços da Rodoviária Nacional, no entanto, em último caso a Câmara Municipal providenciaria a sua colocação, evitando que os miúdos estivessem à chuva.-----

----Informou que no Orçamento de Estado para o próximo ano, apenas estava inscrito o estudo



de viabilidade do corredor do IC4. Quanto à ponte de Odemira, referiu que não apresentava problemas ao nível de estrutura e as obras de conservação só seriam iniciadas quando assegurassem a colocação de uma ponte provisória para escoar o trânsito, enquanto a outra estivesse encerrada.-----

----Disse também que a obra dos arruamentos de Pereiras-Gare estava contemplada no empréstimo que estava agendado no Período da Ordem do Dia da presente sessão, enquanto que o Caminho Municipal número mil cento e noventa, estaria dependente das verbas do fundo comunitário.-----

----Disse que iriam fazer chegar junto da empresa Estradas de Portugal, a preocupação relativamente à questão das árvores junto à estrada nacional número cento e vinte. Revelou ainda que à medida que o PROT Alentejo fosse consolidado, iriam rever o Plano Director Municipal, para solucionarem alguns casos, nomeadamente a questão do estacionamento em Odemira.-----

----Quanto às intempéries, revelou que tinham tido dois milhões de euros de prejuízos nas estruturas municipais e cerca de cinco milhões no restante, o que iriam agravar bastante em termos orçamentais. Referiu ainda que apesar da Resolução do Governo permitir aligeirar os procedimentos nos processos de concurso, para uma actuação mais imediata, isso não bastaria, sendo importante que permitissem a contracção de um empréstimo com juros bonificados (à semelhança do que aconteceu nas últimas intempéries) que não contasse para a capacidade de endividamento.-----

----Informou também que concordava com a repavimentação das ruas em Odemira, no entanto lembrou que metade do núcleo antigo da vila não tinha águas pluviais, na zona baixa a rede de esgotos tinha uma tubagem de diâmetro insuficiente e a totalidade das redes tinha mais de quarenta anos. Em face do exposto questionou se seria correcto repavimentarem primeiro as ruas, sem efectuarem as obras de melhoramento nas infraestruturas.-----

-----Disse ainda que o saneamento da zona das Barreiras Vermelhas estava dependente da construção de uma ponte pedonal junto à Galp.-----

-----Informou que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios estava concluído e aprovado, faltando apenas ser homologado pelo Ministério da Agricultura.-----

-----Disse também que o problema do relógio da torre do edifício da Câmara Municipal relacionava-se com o maquinismo que era bastante antigo.-----

-----Por último, informou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare que já tinha respondido à sua carta referente à Passagem Inferior.-----

-----Informou ainda os presentes que tinham conseguido junto de uma instituição bancária o financiamento que faltava para a obra do Matadouro do Litoral Alentejano, e bem assim que no dia seguinte iria estar presente no INAG para fecharem, em termos formais, o Plano de Ordenamento da Barragem de Santa Clara.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que os restantes assuntos agendados para apreciação neste ponto da Ordem de Trabalhos e cuja documentação tinha sido distribuída pelos presentes, transitariam para a próxima sessão, por questões de gestão de tempo, sendo esta informação transmitida a cada requerente.-----

-----Seguidamente colocou à apreciação as duas Moções apresentadas. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à sua votação, tendo-se obtido seguinte resultado:-----

-----A) A Moção apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso, sobre “Quadro Legal da Pesca e Apanha com Fins Lúdicos”, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal;-----

-----B) A Moção apresentada pelo senhor João dos Reis, sobre “Novo Quadro das Regiões de Turismo em Portugal”, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e sete abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal;-----

-----Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e quatro horas.-----

-----Pelas vinte e quatro horas e quinze minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que, referindo-se ao artigo vigésimo sétimo do Regimento dos Membros deste Órgão, informou que dado o avanço da hora e a extensa Ordem de Trabalhos, teriam de equacionar a realização de uma segunda reunião da sessão ordinária de Dezembro, nos termos do artigo quinquagésimo segundo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro. Apreciado o assunto, foi deliberado por consenso a realização da segunda reunião da sessão ordinária de Dezembro, no próximo dia vinte e sete.-----

-----Foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal uma carta pela senhora Vanda Ribeiro, na qual solicitava a sua substituição na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, para a qual tinha sido eleita pela Assembleia Municipal. Foi deliberado por consenso incluir este assunto no Período da Ordem de Trabalhos da presente sessão, passando a ser o ponto número dez.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou os presentes que a ordem dos assuntos constantes no Período da Ordem do Dia teria de ser alterada, uma vez que seria urgente a deliberação na presente reunião de três assuntos, tendo em conta a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----Em face do exposto, foi deliberado, por consenso, que os assuntos constantes no Período da Ordem do Dia ficassem com a seguinte ordem:-----

-----**Ponto um:** Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2007: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto dois:** Empréstimo a longo prazo para financiamento de investimentos a realizar em 2007, no montante de 2.236.848€ (dois milhões duzentos e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e oito euros): apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto três:** Regulamento do Realojamento na Azenha do Mar: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto quatro:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art. 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;--

-----**Ponto cinco:** Repavimentação da E.M. 552 entre Viradouro e Portela da Fonte Santa – Reconhecimento de Interesse Público da execução do muro de gabiões ao Km 6,720: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto seis:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto sete:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Águas Residuais: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto oito:** Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto nove:** Carta Educativa do Concelho de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto dez:** Indicação de representante para integrar a composição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, em substituição da senhora Vanda Ribeiro: apreciação e deliberação.-----

-----**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião da sessão ordinária de Dezembro:-----

-----**“ASSUNTO N.º 1034-2006 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007**-----

-----Procedeu-se à apreciação e análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2007, elaborado de harmonia com o Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, que apresenta uma receita igual à despesa na importância de € 34.450.000,00 (TRINTA E QUATRO MILHÕES QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL EUROS), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta.-----

-----Propõe-se a aprovação e remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária”.-----

-----Interveio a senhor Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que, após consultar os mapas de despesa, verificou que haviam valores residuais para a rede de águas e esgotos do vale Bejinha e para a electrificação do futuro jardim do Bairro Municipal, pelo que considerou que não seriam obras a efectuar para o próximo ano.-----

-----Disse ainda que tinha verificado que iria avançar a obra de construção do heliporto em Odemira, pelo que questionou sobre o novo local para implementação de tal infraestrutura.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a rede de águas e esgotos do Vale Bejinha estava prevista na listagem de obras que constava no mapa do empréstimo.-----

----Quanto ao heliporto, informou que pretendiam que o mesmo funcionasse vinte e quatro horas, sobre vinte e quatro horas, pelo que tinham existido algumas exigências a nível de iluminação. Referiu ainda que o processo estava a ser analisado e estava a ser equacionada a hipótese de ser construído junto ao Centro de Saúde de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que, referindo-se à sexagésima folha do documento em causa, perguntou se o projecto SIG – Sistema de Informação Geográfica estava a avançar, e bem assim o que estava a ser feito em termos de estruturação da informação, pois considerava uma ferramenta muito útil.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o projecto estava a andar, já tinham feito toda a cobertura fotogramétrica, tinha sido adjudicado à empresa Cartorrumo, o Instituto Geográfico Português iria garantir a fiabilidade e os procedimentos correctos, em termos de estruturação, sendo a fiscalização efectuada pela Novageo.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, seis votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, cinco abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dois:** EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS, A REALIZAR EM 2007, NO MONTANTE DE 2.236.848€ (DOIS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA E OITO

EUROS): Ao dar-se inicio ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião da sessão ordinária de Dezembro:-----

-----“ASSUNTO N.º 1033-2006 – PROPOSTA PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA INVESTIMENTOS MUNICIPAIS – ANÁLISE:-----

-----Foi presente a informação n.º 31/2006, datada de 04 de Dezembro de 2006, elaborada pela Divisão Financeira, a remeter relatório de análise das propostas apresentadas relativamente ao Empréstimo a Longo Prazo para Financiamento de Investimentos, no montante de 2.236.848€ (dois milhões duzentos e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e oito euros). Da análise realizada, conclui-se que a proposta que melhor satisfaz os interesses da Autarquia é a do Banco Espírito Santo, pelo que se lhe propõe a adjudicação do referido empréstimo.-----

-----Propõe-se a adjudicação nos termos do relatório, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para obtenção de autorização necessária.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.-----

-----Os senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentaram declaração de voto, nos seguintes termos: Lamentamos que os Serviços não cumpram integralmente a deliberação anteriormente tomada sobre o assunto.”-----

-----Foram alertados os presentes para o facto de nos documentos de suporte do assunto em causa, aparecer a referência à expressão “a realizar em 2007”, o que poderia ter um entendimento contrário à real intenção do Executivo Municipal. Foi esclarecido que a contracção do empréstimo é que seria para realizar no próximo ano.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse o seguinte: “A Assembleia Municipal quis aprovar este empréstimo e fê-lo sob proposta da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a aprovação deste empréstimo.-----

-----Do meu ponto de vista, são questões de pormenor, as referências ao ano dois mil e sete ou as referências que existem nos documentos em relação à expressão «a realizar em 2007».-----

-----A minha interpretação é que o empréstimo em termos reais, da vontade real das pessoas, dos deputados, da Assembleia Municipal, foi aprovado.-----

-----Se alguma coisa há a rectificar, a Câmara Municipal rectificará os documentos, no dia vinte e sete vamos estar aqui e sugiro que tragam elaborado um documento a dizer onde estão as rectificações e nós validamos isso na próxima sessão”.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e cinco membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto três: REGULAMENTO DO REALOJAMENTO NA AZENHA DO MAR:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião da sessão ordinária de Dezembro:-----

-----“ASSUNTO N.º 0888-2006 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE REALOJAMENTO DA AZENHA DO MAR.-----

-----Decorrente da necessidade de proceder aos realojamentos na Azenha do Mar foi presente a informação n.º 94, datada de 13 de Outubro de 2006, elaborada pela Secção de Acção Social, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, apresentando uma proposta de Regulamento que rege a utilização das habitações sociais nesta localidade.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária apresentaram um conjunto de



propostas de alteração que foram aceites.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos e submeter à apreciação da Assembleia Municipal”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora e dez minutos do dia vinte e um de Dezembro.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----